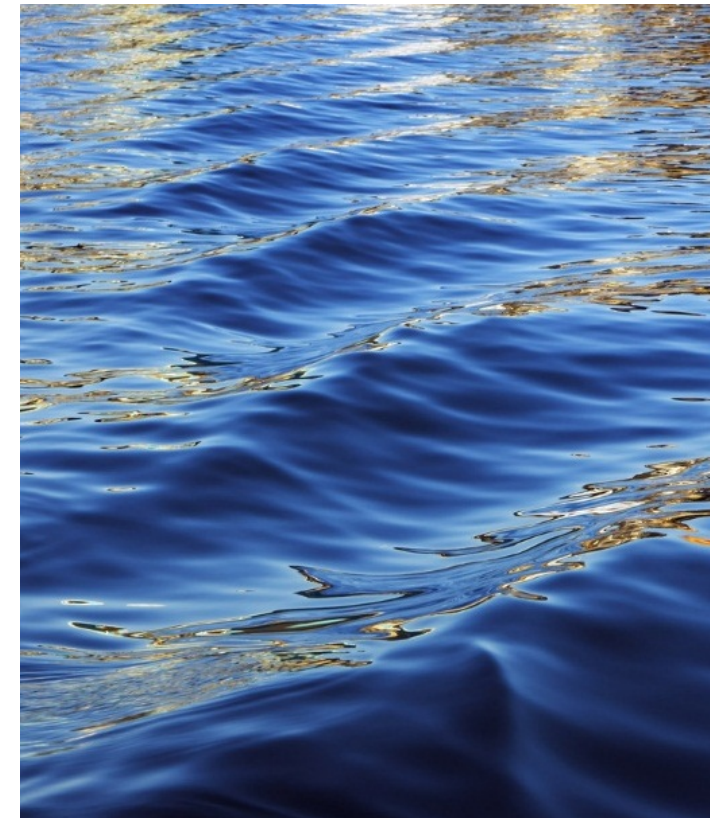




PROJETO JAÍBA - ETAPA I: ASSENTAMENTO E CONCENTRAÇÃO DA TERRA EM UM PERÍMETRO IRRIGADO

Adâmara S. G. Felício
Doutoranda em Desenvolvimento Econômico
Área de Concentração: Economia Agrícola e Agrária



Objetivo da Pesquisa

- O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de concentração da terra nos assentamentos em perímetros irrigados.

Premissa

- Quando da sua criação, os perímetros irrigados no Semiárido não tiveram como objetivo alterar a estrutura fundiária da região em que foram implantados. O programa de assentamento dos colonos do Projeto Jaíba também não foi desenvolvido com este propósito, o que se previa era a transformação de famílias “sem terra” em potenciais pequenos produtores agrícolas no ramo da fruticultura.

Problema de Pesquisa:

- Apesar de legalmente ser impossível a venda de lotes, porque há um processo de concentração da terra em assentamentos rurais de perímetros irrigados?

Hipótese:

- O acesso à terra e a irrigação não foram suficientes para que muitos colonos permanecessem no cultivo da terra, de modo que, permaneceram alguns poucos produtores “bem-sucedidos” que encontraram oportunidades em um determinado nicho de mercado, incorrendo estes na compra de lotes vizinhos daqueles que optaram em deixar a parcela de terra recebida.

Introdução

Estrutura Fundiária do Nordeste e Semiárido Nordestino

- Estrutura Fundiária do Nordeste e Semiárido Nordestino
- Metodologia – Índice de Gini: Nordeste
- Formação e Composição da Estrutura Agrária do Nordeste e do Semiárido

Políticas Fundiárias no Brasil e o Sentido da Agricultura Irrigada

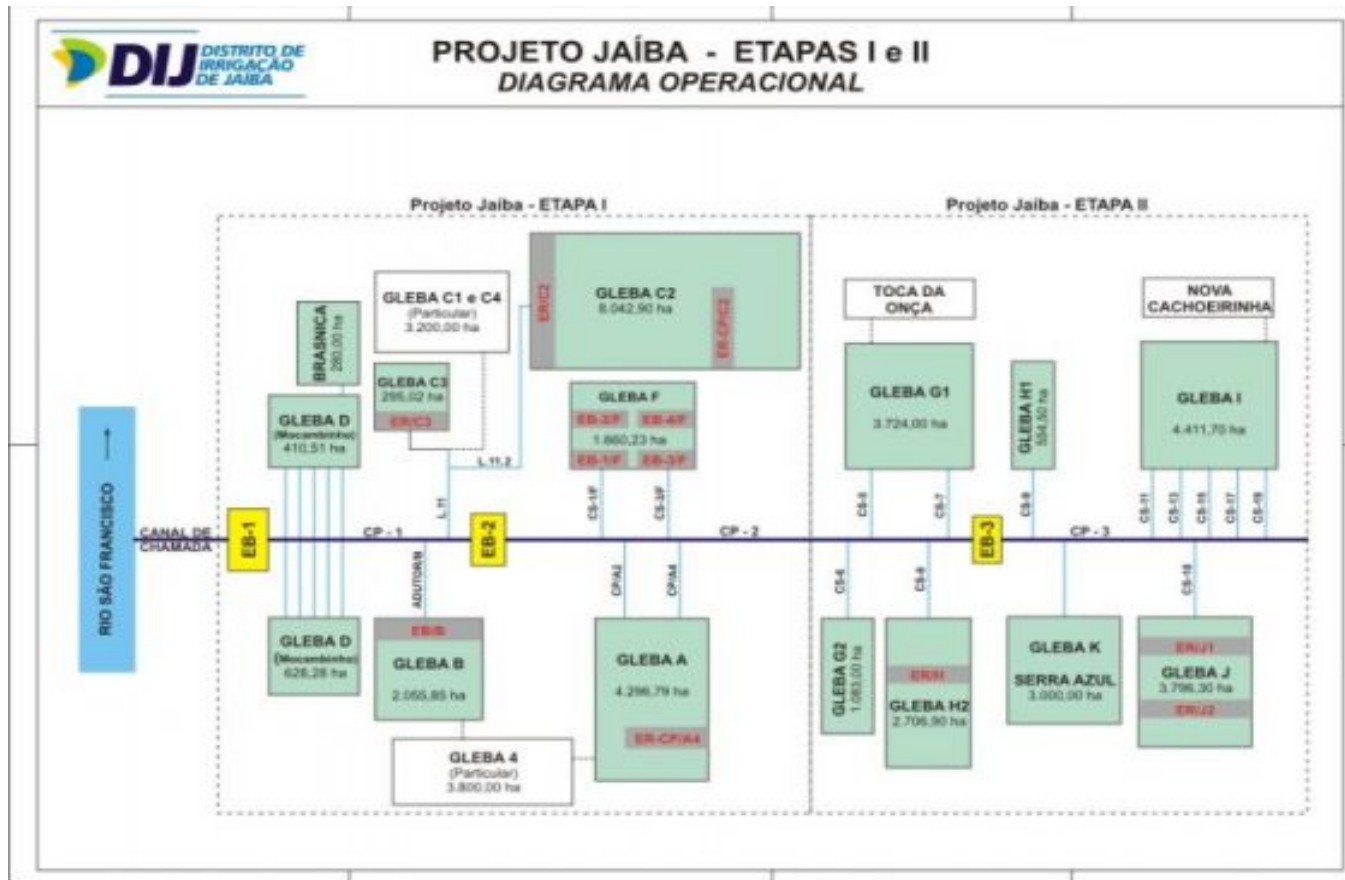
- Políticas Fundiárias no Brasil: de 1960 a 1988
- Perímetros Irrigados: A agricultura irrigada como um projeto público para o Nordeste
- A irrigação com sentido social nas zonas semiáridas do Nordeste
- Considerações acerca dos desafios da agricultura irrigada no Semiárido

Estudo de Campo – Projeto Jaíba Etapa I

Projeto Jaíba: História e Dinâmica de Ocupação do Perímetro Irrigado

- Ocupação da Região Norte de Minas
- Planejamento, Financiamento e Execução da Infraestrutura de Irrigação no Jaíba
- O Projeto Jaíba, foi dividido em quatro etapas de implantação (Etapa I, II, III e IV), sendo que dos 100.000 ha considerados como aptos a irrigação, optou-se por irrigar aproximadamente 66.0000 ha
- Executado pela Codevasf em parceria com a Ruralminas
- Concessão de Financiamento pelo Banco Mundial
- Início dos Assentamentos na Etapa I



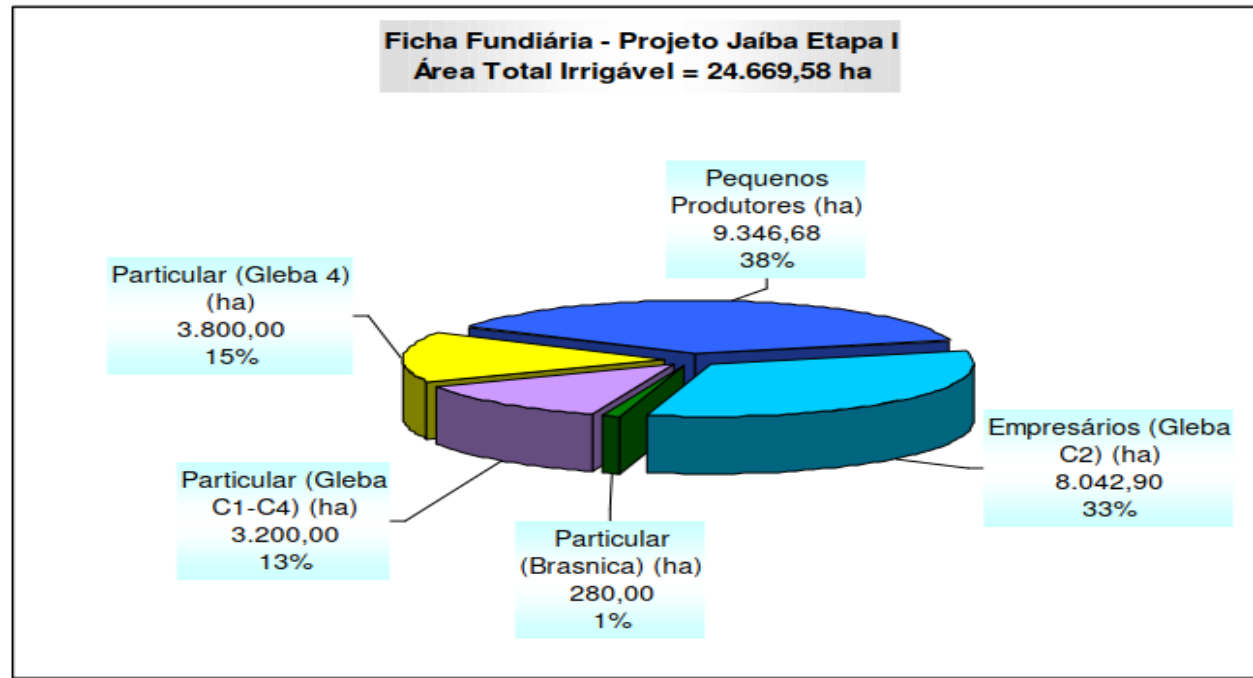


Fonte: adaptado – DIJ, 2016

Quadro de ocupação Perímetro Irrigável Etapa I			
GLEBA	ÁREAS (ha)		N.º DE LOTES
	BRUTA	IRRIGÁVEL	
A	6.038,21	4.296,79	845
B	2.829,26	2.055,85	399
C₃	488,63	295,02	57
D	2.669,87	1.038,79	201
F	2.336,16	1.660,23	326
Subtotal	14.362,13	9.346,68	1.828
C₂ (Pequenos e Médios Empresários)	9.557,20	8.042,90	325
Subtotal	9.557,20	8.042,90	325
Área de Particulares beneficiados pela infraestrutura instalada na Etapa I			
C₁ e C₄ (particular)	3.832,10	3.200,00	-
E (Brasnica)	661,5	280	-
4 (particular)	4.546,40	3.800,00	-
Subtotal	9.040,00	7.280,00	-
Total Etapa I	32.959,33	24.669,58	2.153

Fonte: adaptado – DIJ, 2016.

Indicadores de Concentração da Terra : implantação

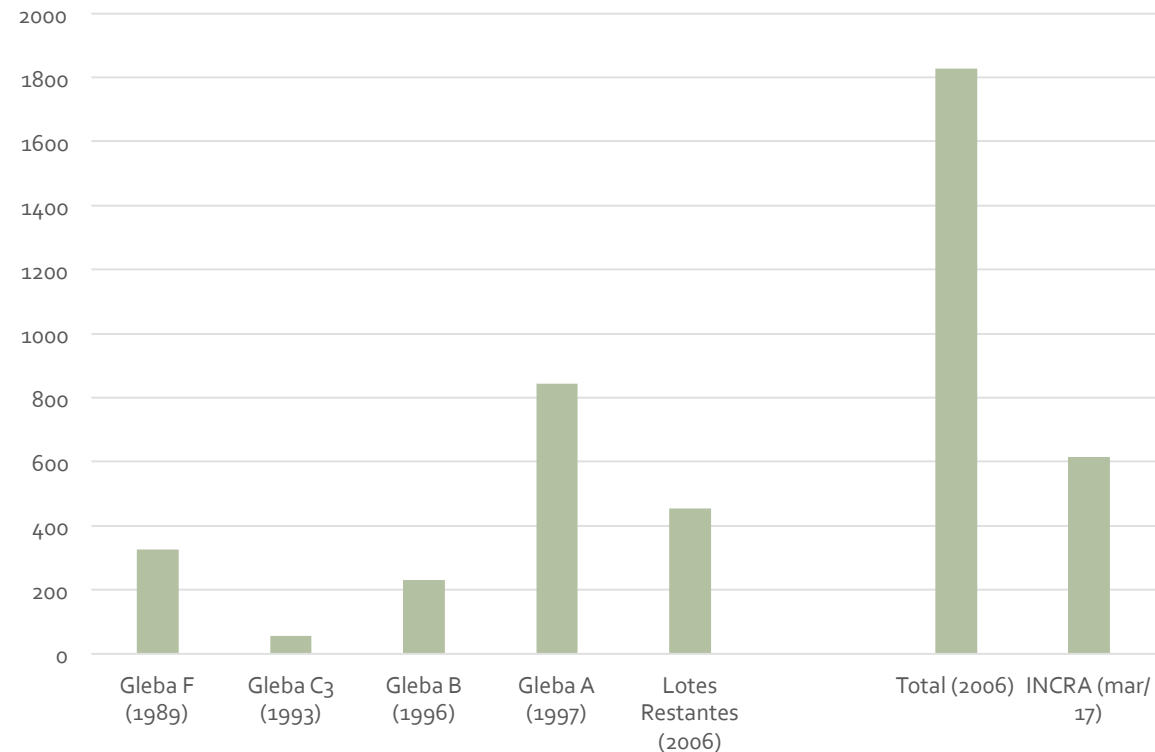


Fonte: DIJ, 2016.

Dinâmica do processo de assentamento das famílias colonas – Etapa I

Glebas	Famílias Assentadas
Gleba F (1989)	326
Gleba C ₃ (1993)	57
Gleba B (1996)	230
Gleba A (1997)	845
Lotes Restantes (2006)	454
Total (2006)	1828

Fonte: INCRA, DIJ, CODEVASF



Estudo de Campo - Metodologia

- Couto (2016), evidenciou através de estudos e trabalho extensionista (EMATER) no Projeto Jaíba, que 30% dos ocupantes dos assentamento implantado na Etapa I não eram assentados originários, constituíam-se de ocupantes provenientes da região do semiárido e com experiência na prática agrícola. A pesquisa também demonstrou que 14% eram arrendatários.
- A partir deste estudo a amostra foi constituída com o objetivo de demonstrar a distribuição da posse dos lotes dentro do assentamento.
- A metodologia utilizada foi de entrevista semiestruturada, que alcançaram 120 lotes (6,56%).

Distribuição por Gleba dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I

Observações - Lotes por Gleba:	Quantidade Total de lotes	Quantidade de lotes observados durante a pesquisa	(%) Percentual
Gleba A	845	67	7,92
Gleba B	399	23	5,76
Gleba C	57	3	5,26
Gleba D	199	4	2,01
Gleba F	326	23	7,05
Total:	1826	120	

Fonte: Pesquisa de Campo

Percentuais do Número de Estabelecimentos segundo os estratos de área (ha) em relação aos totais. Projeto Jaíba Etapa I.

Estratos	Número	%
0 - 10	6	28,57
10 - 20	5	23,81
20 - 50	7	33,33
50 - 100	3	14,29
100+	-	-
Total	21	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Distribuição com Base nos Termos Utilizados pelo IBGE.

-33,33% agrupam-se no estrato que varia de 20 a 50 ha, e a participação de 14,29% dos estabelecimentos no estrato 50 a 100 ha merece atenção. A soma destes dois estratos em termos de área representa 47,62% do total da pesquisa. Logo, demonstrando a mudança no padrão da composição fundiária dentro da área destinada ao assentamento, uma vez que o limite de lotes em posse de um mesmo indivíduo e/ou cpf deveria ser de no máximo 20 hectares

Índice de Gini – Projeto Jaíba

- O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Assim, pode-se medir o grau de concentração da posse da terra em uma região.
- O valor do índice de Gini pode variar entre 0 e 1. O valor 0 representa desconcentração total, ou seja, todas as unidades da distribuição possuem o mesmo valor de frequência.

Índice de Gini	
Brasil	0,8
Semiárido Mineiro	0,536
Jaíba Etapa I	0,493

Fonte: Pesquisa de Campo

De acordo com Câmara (1949), é classificado como uma concentração média da posse da terra.

Formalidade e Informalidade

Condição de Formalidade dos Lotes	Qtde	%
Pequeno Irrigante – CDRU – Concessão de Direito Real de Uso	9	7,5
Contrato de Compra e Venda com Registro no Cartório de Notas	110	91,67
Contrato de Compra e Venda sem Registro – gaveta	1	0,83
Pequeno Irrigante Portador de Matrícula do Imóvel	0	0
Total:	120	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

*Foram considerados como Formais os possuidores do CCU

*Foram considerados como Informais, possuidores de Contrato de Compra e Venda com ou sem registro em Cartório.

Conclusão

- O acesso à terra e à irrigação não foram suficientes para o sucesso da Etapa I.
- Em situação alguma, os entrevistados expressaram a existência de um movimento de luta pela terra, ou qualquer tipo de relação com os vizinhos assentados. Apesar de não ser objetivo principal do estudo, tornou-se evidente a importância de uma consciência coletiva em prol da luta e defesa do pequeno agricultor/assentado no campo.
- A hipótese inicial desta pesquisa de que permaneceram em seus lotes aqueles assentados que obtiveram sucesso no cultivo irrigado e que mediante a desistência de assentados vizinhos adquiriram lotes adicionais em um mercado informal, pode ser confirmada. Mas também revelam que em grande maioria, as negociações dos lotes foram realizadas entre colonos e produtores agrícolas provenientes das áreas de sequeiro da região, motivados pelo aumento da oferta da terra irrigada, negociadas a um preço abaixo do mercado.

Conclusões

- Ingerência do Estado: fiscalização e execução de política(perfil).
- A pesquisa de campo foi primordial para conferir evidências de que este movimento de concentração da posse da terra não tem acontecido de forma aleatória, mas que é delineado ao longo de um **processo falho de assentamento das famílias selecionadas** (pautado em um perfil de assentados que não atendiam aos requisitos necessários para o cultivo irrigado), **ingerência da infraestrutura necessária para permanência dos assentados** (assistência técnica, escolas, postos de saúde, mobilidade, dentre outros) e primordialmente, a **definição prévia do cultivo a ser empreendido pelos colonos, a fruticultura, fato que submeteu os assentados a uma situação análoga a uma camisa de força**, pois grande parte não detinha de conhecimentos na lida da terra, e aqueles que dispunham da experiência para com o cultivo agrícola, estavam pautados pela lógica do cultivo de sequeiro, amplamente exercida no semiárido nacional.

Desafios

- Promoção do acesso a terra em meio a um campo que reflete as mudanças da pós-modernidade.
- Regularizar/Titular para Desenvolver?
- A regularização como condição para “Formalizar” o Mercado de Terras Nacional, que por sua vez, na condição atual, atende a demandas específicas e não promovem o desenvolvimento socioeconômico.

Referencias Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BRASIL. A irrigação no Brasil: Situação e Diretrizes. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/documents/10157/3672008/A+irrigacao+no+Brasil+-+diretrizes.pdf/b88c745b-f5b3-4f3d-b375-483033a2e80c>. Acesso em 27 de março de 2017.
- BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRRO, Z. (Eds.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.
- CHAYANOV, Alexander. The Theory of Peasant Economy. Homewood, Richard Irwin, 1966.
- CARVALHO, J. O. O nordeste semiárido: questões de economia política e de política econômica. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 1985.
- CARVALHO, O. Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez. Recife, MIN/SPDR/GTI de criação da nova Sudene, 2003.
- CARVALHO, J. O. Desenvolvimento regional: um problema político. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- CUNHA, E. Os sertões: campanha de canudos. Editora Ediouro, 1998.
- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. O histórico da Irrigação. Disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/irrigacao. Acesso em 23 de março de 2017.
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. "Descontos em dívidas vão beneficiar 2,3 mil agricultores do Médio São Francisco baiano, afirma CODEVASF". Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/descontos-em-dividas-va-beneficiar-2-3-mil-agricultores-do-medio-sao-francisco-baiano-estima-codevasf>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

Referencias Bibliográficas

- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. Relatório Anual de 1983. Brasília, 110 p.
- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. Previsão de Investimentos em Projetos de Irrigação no Quinquênio 81/85. MIMÉO.
- COELHO, J. Considerações em torno do programa de agricultura irrigada na Zona Semiárida do Nordeste. Boletim da Agricultura Irrigada do Nordeste.
- DEININGER, K; BYERLEE, D. (2001). The Rise of Large Scale Farms in Land-Abundant Developing Countries: Does it have a future? A World Bank Policy Research Report, Washington. 2001.
- DEININGER, K. (2003) Land Policies for Growth and Poverty Reduction. A World Bank Policy Research Report, Washington. 2003.
- DECRETO Nº 24643/34. Código de Águas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em 18 de abril de 2017.
- DECRETO-LEI Nº 1106/70. Programa Nacional de Integração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1106.htm. Acesso em 18 de abril de 2017.
- DECRETO Nº 92.395/86. Programa Nacional de Irrigação – PRONI. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=107016&norma=130040>. Acesso em 18 de abril de 2017.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Seca, flagelo e mito na economia piauiense. Teresina, Fundação CEPRO, 1982
- _____ "A persistência da 'solução hidráulica'". Revista Conviver – Nordeste Semiárido, nº 3, Fortaleza, DNOCS, 2004.

Referencias Bibliográficas

- FERNANDES, Vitor Bukvar. Passado não resolvido: a histórica falta de regulação na ocupação de terras no Brasil e após 1964. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2014.
- HIRSCHMAN, A. Journeys Toward Progress. Twentieth Century Fund. 1963
- KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A estrutura da produção no campo em 1980. In: Revista Perspectiva, UNESP, v.12/13, p. 55-72, 1989/1990.
- LEI Nº4504/60 – Estatuto da Terra. Disponível em:
 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso: 27/09/2016.
- LEI Nº6662/79 – Política Nacional da Irrigação. Disponível em:
 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6662.htm. Tal dispositivo foi revogado através da Lei nº12.787/13. Acesso: 27/09/2016.
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília :Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo : Editora UNESP, 2004. 392p.
- MAY, P. A estrutura fundiária e a diferenciação social. Políticas Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos. Coor. Dirceu Pessoa. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife, Brasil, 1990.
- NAVARRO, Zander Soares de & CAMPOS, Silvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 3, n. 1, p. 25-92, 2014.
- PESSOA, D. A estrutura fundiária e a diferenciação social. Políticas Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos. Coor. Dirceu Pessoa. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massanganã. Recife, Brasil, 1990.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: X World Congress of Rural Sociology and XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.



Obrigada!